

ATA da 17ª Reunião dos COMITÊS DE MONITORAMENTO dos BLOCOS 1, 2, 3 e 4

Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 17h, por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a 17ª Reunião do Comitê de Monitoramento instaurado para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

Havendo quorum, a reunião foi presidida pelo Presidente Interino Sr. Licinio Machado Rogério da FAM Rio, com a participação dos Membros dos blocos 1, 2, 3 e 4, conforme lista, que está no final desta, e apoio da Agenersa, visando dar continuidade a discussão da redação do Regimento Interno do Comitê de Monitoramento.

Sem demora, presidente informou que cada membro teria um período de fala para opinar sobre o debate do Capítulo II VOTAÇÃO, que ficara pendente na reunião anterior, onde não houve consenso. Na minuta permaneceu a proposta da Sra. Adriana, que se segue:

§ 1º As categorias de membros que têm direito a voto, são:

- a) Entidades relacionadas ao setor de saneamento básico (agências reguladoras nacional, estadual e municipais, associações de classe do setor de saneamento ambiental) - 1 voto;*
- b) Usuários dos serviços (setor doméstico; setor comercial; setor industrial) - 1 voto;*
- c) Organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento - 1 voto;*
- d) Coletivos atrelados à temática do saneamento básico - 1 voto;*
- e) Grupos de pesquisa acadêmicos - 1 voto;*
- f) Conselho Estadual de Recursos Hídricos - 1 voto.*

Sr. Licinio concedeu a palavra a Sra. Adriana Sotero - Fiocruz *“Eu gostaria de reiterar minha proposta. A ideia do artigo II, todas as categorias previstas lá no anexo XII, também no decreto estivesse incorporada todos os inscritos. Porém, ao nível de votação, apenas algumas categorias seriam votantes, nesse grupo estaria ausentes da votação os Titulares dos Serviços e o Estado. Tendo em vista que essas categorias já são categorias com representatividades em outros Comitês.”* Sr. Aercio Oliveira - FASE/ RJ fez uso da palavra e corroborou com a fala da Sra. Adriana, ressaltando *“O poder público deve participar desse Comitê, no entanto, não pode ter direito a voto, porém, importante que participe.”* O Presidente logo fez uso da palavra e citou *“Eu concordo com a teoria que o Estado, Município e Os Titulares em geral, não podem participar de votação porque esse é o controle social. Quem vai decidir como vai controlar nunca pode ser um titular.”*

O Presidente passou a palavra para o Sr. Ricardo da Conceição Barbosa - Representante do Município de Paty do Alferes, que citou *“Para quem participou da reunião passada sabe meu posicionamento quanto a isso. Estou tremendamente contrário a essa questão de suprimir a possibilidade dos titulares votarem. Eu acho que isso de fato esvazia*



completamente o Comitê de Monitoramento. Mal ou bem foi definido como facultativa e a realidade hoje é como facultativa a participação dos titulares e do Estado. Entendo que vocês vão fiscalizar e tudo mais, porém, algumas coisas que nós estaríamos trazendo para ser analisado aqui nós vamos passar através do Conselho de Titulares. Eu não sei nem se tem alguma representação da entidade civil nesse conselho. Ao invés de somar forças, está causando uma separação e um enfraquecimento de fato do Comitê.” Sr. Alexandre Pessoa - Fiocruz RJ fez uso da palavra e se direcionou ao Sr. Ricardo, “Óbvio que todos nós temos uma mesma preocupação contigo, que esse Comitê não pode sofrer esvaziamento. Eu quero deixar bem claro pra gente ver quem é que defende a municipalização, participação do poder e quem é que não defende. Eu tenho que acreditar que os Municípios só participarão se eles votarem? Quer dizer, Ricardo, você está afirmando que a sua participação é condicionada a uma votação? Acredito que isso não vá acontecer. Porque essas ações irão interferir na vida e nos processos de todos os Municípios do Rio de Janeiro. Então é um compromisso que os Municípios estejam presente. Se eles não tiverem os movimentos sociais irão cobrar, você não tenha dúvida quanto a isso.”

Presidente concedeu a palavra ao Sr. Gilvoneick de Souza - Defensoria Socioambiental, onde corroborou com as falas do Sr. Alexandre e da Sra. Adriana e logo citou “*Não tem essa que não vai participar. A única coisa que não tem direito é voto porque ele vai ser fiscalizado. É incondizente você ter dentro do processo alguém que vai ser fiscalizado e monitorado votando, direcionando, isso não existe. Isso aqui é um espaço de participação social de monitoramento. Vamos apostar num processo que de fato traga qualidade hídrica para o Estado do Rio de Janeiro. Está vergonhoso, não tem um rio limpo, nossas costas estão todas poluídas.*” Sr. Danilo Santa Cruz Coelho - ALMA fez uso da palavra “*Em relação à questão de voto, sigo a proposta da Adriana e dos demais colegas da não participação, do não direito a voto das Prefeituras e do Estado. Enfatizo que apesar de não ter voto, as Prefeituras e o Estado vão ser membros do Conselho de Monitoramento. Então vão levar propostas de votação, fazer denúncias, participar de relatórios, de comissões dentro do Comitê de Monitoramento. A única coisa que não haverá é o direito a voto.*”

O Presidente Licínio fez uso da palavra e citou “*O comitê está procurando atender aos usuários. Evidentemente, se ‘Varre-Sai’ entrar aqui e dizer que as concessionárias não estão atendendo, a gente obviamente vai discutir isso e vai cobrar. O que não pode acontecer é, por exemplo, um grupo que tem 17 (dezessete) Prefeituras e 15 (quinze) outros membros resolverem fazer uma votação, pelo número de membros as Prefeituras resolvem tudo teoricamente.*” Logo concedeu a palavra ao Sr. José Arimathéa Oliveira - Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, onde citou “*A fala do Sr. Alexandre me contempla em várias questões. Em função dos argumentos que já foram colocados aqui, o Município por ser titular ele já tem uma relação com a concessionária. O município já tem um papel de destaque no seu Conselho de Titulares e ele não está excluído daqui, ele estará aqui presente.*”

Sr. Ricardo solicitou a palavra e sendo concedida pelo presidente, citou “*Só quero registrar a necessidade nessa votação em si, quando for para votação essa questão dos votos e tudo mais, gostaria que fosse registrado o voto tanto positivo quanto negativo e separado por bloco. Porque isso aqui são quatro Comitês de Monitoramento. Eu acho também que está havendo uma bagunça por conta disso, foram instituídas as reuniões*



de maneira única para acelerar o processo e acaba que hoje em dia está atrasando mais do que acelerando a coisa. Apesar de ser uma reunião única, não é um Comitê único. Falando rapidamente para os representantes dos Titulares, aos que, como eu, acho que estão insatisfeitos com essa questão, para proceder de igual maneira. Acionar as Procuradorias de vocês e ver o que pode ser feito quanto a isso, se essa ideia persistir.” Continuou “Quando eu digo de esvaziar o Comitê não é que nós não vamos participar ou que nossa participação está condicionada a voto, é que alguns temas que poderiam ser trazidos pelo membro do Município para esse Comitê, a preferência vai ser não trazer e sim através do Conselho de Titulares ou para uma outra instância que seja necessária, porém, não se está condicionando a participação do Município não.” Sr. Adílson Trindade - Usuários Domésticos fez uso da palavra “Se o bloco tem um número maior de Municípios ou menor não interessa o que vai ser definido vai ser a paridade com relação aos outros segmentos e isso é que vai definir a quantidade deste índice que vão representar essa totalidade dentro do bloco. Seria uma saída com relação a essa questão dos Municípios.”

Sr. Maicon Machado - Fiocruz fez uso da palavra “A partir do momento que existe uma outorga já entendo que pode haver um conflito de interesse e que pode haver um movimento diferente. Eu acho que seguimento não deveria ser contemplado com direito de votar. Acho que sim deveria ter uma ampla participação, ampla audiência, ampla acompanhamento do Comitê de Monitoramento, afinal o objetivo sempre foi e sempre vai ser.”

Estabeleceu-se um tumulto de parte a parte, porém foi restabelecida a ordem. Presidente Licínio concedeu a palavra ao Sr. Humberto Garcia - Município de Mesquita, onde citou “fico pensando o seguinte; não sei se todos os Municípios enviam seus representantes em todas as reuniões, e aí eu venho pra cá para tentar obter de alguma forma a possibilidade de ajudar tanto aqui nesse Comitê quanto em outros conselhos. E por outro lado eu vejo uma agressividade contra os representantes de Municípios, que me parece talvez por ser facultativo estar aqui, talvez o próprio Comitê não queira esses representantes, e aí eu acho que os representantes podem ajudar se compreenderem as propostas e inclusive tendo consenso com a Concessionária e com o os outros membros. Eu não vejo problema nenhum nisso.” Finalizou.

Presidente Licínio encerrou as falas e as opiniões sobre o assunto, solicitando que fizessem a votação. Logo, indagou “Quem concorda com a proposta da Sra. Adriana, de que os Municípios e o Estado não votam?” Sra. Adriana Bocaiuva representante do Comitê da Bahia Guanabara, votou por abstenção, acrescentando. “A gente não conseguiu submeter essa consulta aos nossos membros. Então eu tenho que me abster.” Portanto, Sr. Licínio abriu a votação e fez as indagações.

QUEM CONCORDA QUE O MUNICÍPIO E O ESTADO NÃO TÊM DIREITO A VOTO?

(16 VOTOS SIM PARA A PROPOSTA)

ADRIANA SOTERO MARTINS - FIOCRUZ

AERCIO BARBOSA DE OLIVEIRA - FASE RJ / ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ALEXANDRE PESSOA - FIOCRUZ/ RJ



JOSÉ ARIMATHÉA OLIVEIRA - COMITÊ DA BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL/ BLOCO 3

CARLOS MATTOS - SEAERJ

DANILO SANTA CRUZ COELHO - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LAURO MÜLLER, RAMON CASTILLA, XAVIER SIGAUD E ADJACÊNCIAS/ ALMA

GILVONEICK DE SOUZA JOSÉ - INSTITUIÇÃO DEFESA

ILCA LOPES BEZERRA- USUÁRIOS DOMÉSTICOS/BLOCO 4

JOSÉ STELBERTO PORTO SOARES - CLUBE DE ENGENHARIA

LICINIO M. ROGÉRIO - FAM RIO

LUIZ EDMUNDO COSTA LEITE - SEAERJ

MAICON DE CARVALHO MACHADO - FIOCRUZ- SUPLENTE BLOCO 02

MÔNICA BAHIA SCHLEE - SEAERJ

MÔNICA PENA - UFRJ

MORVAN NOBRE - SEAERJ

NATASHA BERENDONK HANDAM, ENSP - FIOCRUZ

QUEM CONCORDA QUE O MUNICÍPIO E O ESTADO TÊM DIREITO A VOTO?

(13 VOTOS NÃO PARA A PROPOSTA)

ADÍLSON TRINDADE - COALIZÃO PELOS RIOS /BLOCO3

CARLOS RENATO ALVES MARINS - CACHOEIRAS DE MACACU

CAROLINA FERNANDES - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE /JAPERI

FREDERICO AYRES PINHEIRO - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE NOVA IGUAÇU/SEMAM

HUMBERTO GARCIA - MUNICÍPIO DE MESQUITA/RJ

JAMILTON SERPA DE SOUZA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS.

JULIANA SANTOS ALVES DE SOUZA - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - ITAOCARA

KARINA ALENCAR - ABES-RIO

MABEL VITÓRIA LEIPNER - REPRESENTANTE DE MIGUEL PEREIRA

MARIO AMARO - PREFEITURA DE PIRAÍ

NICOLE FRAGUAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

PERCY SOARES NETO - ABCON

RICARDO DA CONCEIÇÃO BARBOSA - MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES - BLOCO 2



Dando por encerrada a votação, a proposta da Sra. Adriana Sotero foi aprovada por maioria, computando 16 (dezesesseis) votos a favor e 13 (treze) contra. Permanecendo na minuta o que se segue:

§ 1º As categorias de membros que têm direito a voto, são:

- a) Entidades relacionadas ao setor de saneamento básico (agências reguladoras nacional, estadual e municipais, associações de classe do setor de saneamento ambiental) - 1 voto;*
- b) Usuários dos serviços (setor doméstico; setor comercial; setor industrial) - 1 voto;*
- c) Organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento - 1 voto;*
- d) Coletivos atrelados à temática do saneamento básico - 1 voto;*
- e) Grupos de pesquisa acadêmicos - 1 voto;*
- f) Conselho Estadual de Recursos Hídricos - 1 voto.*

Presidente Licínio agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião as 19h07min.

=====

Membros presentes na Reunião:

ADÍLSON TRINDADE - COALIZÃO PELOS RIOS /BLOCO3

ADRIANA BOCAIÚVA - COMITÊ DA BAHIA DE GUANABARA /CBH

ADRIANA SOTERO MARTINS - FIOCRUZ

AERCIO BARBOSA DE OLIVEIRA - FASE RJ / ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ALEXANDRE PESSOA - FIOCRUZ/ RJ

ANDREI ALVES GUEDES - MIGUEL PEREIRA/RJ

ANTÔNIO MONTEIRO - ABES /RJ

CARLOS MATTOS - SEAERJ

CARLOS RENATO ALVES MARINS - CACHOEIRAS DE MACACU

CAROLINA FERNANDES - JAPERI

DANILO SANTA CRUZ COELHO -ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LAURO MÜLLER, RAMON CASTILLA, XAVIER SIGAUD E ADJACÊNCIAS/ ALMA

ELVIRA CARVAJAL

FREDERICO AYRES PINHEIRO - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE NOVA IGUAÇU/SEMAM

GILVONEICK DE SOUZA JOSÉ - INSTITUIÇÃO DEFESA

HUMBERTO GARCIA - MUNICÍPIO DE MESQUITA/RJ



ILCA LOPES BEZERRA- USUÁRIOS DOMÉSTICOS/BLOCO 4

JAMILTON SERPA DE SOUZA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS.

JOSÉ ARIMATHÉA OLIVEIRA - COMITÊ DA BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL/ BLOCO 3

JOSÉ STELBERTO PORTO SOARES - CLUBE DE ENGENHARIA

JULIANA SOUZA - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - ITAOCARA

KARINA ALENCAR - ABES-RIO

LICINIO M. ROGÉRIO - FAM RIO

LUIZ EDMUNDO - SEAERJ

MABEL VITÓRIA LEIPNER - REPRESENTANTE DE MIGUEL PEREIRA

MAICON DE CARVALHO MACHADO - FIOCRUZ- SUPLENTE BLOCO 02

MARCO ANTÔNIO - SENGE

MARIO AMARO - PREFEITURA DE PIRAÍ

MÔNICA BAHIA SCHLEE - SEAERJ

MÔNICA PENA - UFRJ

MORVAN NOBRE - SEAERJ

NATASHA BERENDONK HANDAM, ENSP - FIOCRUZ

NICOLE FRAGUAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

PERCY SOARES NETO - ABCON

REJANY FERREIRA

RICARDO DA CONCEIÇÃO BARBOSA - MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES - BLOCO 2

SÍLVIA NORONHA - REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

UIARA MARTINS - FONASC

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2023



Licínio Machado Rogério
Presidente Interino